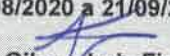




**DECRETO Nº 2628/20, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.**

Este ato esteve fixado no painel  
de publicação no período de  
21/08/2020 a 21/09/2020.

  
Gilmar Luiz Fin  
Matrícula: 11

Regulamenta a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica e regulamenta, ainda, os procedimentos de desburocratização para abertura de empresas, alteração e baixa de empresas, conforme previsto na Lei Federal nº 11.598/2007, que dispõe sobre a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, e dá outras providências.

AMILTON FONTANA, Prefeito do Município de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 68, inc. VI da Lei Orgânica do Município de Roca Sales e,

**DECRETA.**

**Art. 1º** - Este Decreto regulamenta a **Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**, que institui Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica e regulamenta, ainda, os procedimentos de desburocratização para abertura de empresas, alteração e baixa de empresas, conforme previsto na Lei Federal nº 11.598/2007, que dispõe sobre a REDESIM - Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

**CAPÍTULO - I.**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.**

**Art. 2º** - Para fins de padronização de redação, passam a ser denominados como:

**I - Nível de risco I - baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente:** a classificação de atividades para os fins do art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.874/2019, cujo efeito específico e exclusivo é dispensar a necessidade de todos os atos públicos municipais de liberação da atividade econômica para plena e contínua operação e funcionamento do estabelecimento, conforme “**tabela de risco**” constante na legislação vigente.

**II - Nível de risco II - médio risco, “baixo risco B” ou risco moderado:** a classificação de atividades cujo grau de risco não seja considerado alto e que não se enquadrem no conceito de nível de risco I, baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente, disposto no inciso I deste artigo, cujo efeito é permitir, automaticamente após o ato do registro, a emissão de licenças, alvarás e similares de caráter provisório para início da operação do estabelecimento, conforme previsto no art. 7º, *caput*, da Lei Complementar nº 123, de 14 de novembro de 2006, e no art. 6º, *caput*, da Lei nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007;



III - **Nível de risco III - alto risco**: aquelas assim definidas pela Resolução CGSIM nº 22/2010 e pelos respectivos entes competentes, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios.

IV - **Alvará de Funcionamento Provisório**: documento emitido pelos Municípios para atividades de nível de risco II - médio risco, "baixo risco B" ou risco moderado que permitirá o início da operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro empresarial, sem a necessidade de vistorias prévias por parte dos órgãos e entidades licenciadores, mediante assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, ressalvadas aquelas que dispensam o referido licenciamento por serem consideradas como de nível de risco I - baixo risco, "baixo risco A", risco leve, irrelevante ou inexistente;

V - **Licenciamento**: o procedimento administrativo em que o órgão regulador avalia e verifica o preenchimento de requisitos de segurança sanitária, controle ambiental, prevenção contra incêndios e demais requisitos previstos na legislação para autorizar o funcionamento de empresário individual, de EIRELI, de sociedade empresária ou de sociedade simples, excepcionado o procedimento vinculado à concessão de uso de espaço público, sendo que o licenciamento é posterior à emissão do parecer de viabilidade, registro empresarial e inscrições tributárias e nos casos de atividades de nível de risco II - médio risco, "baixo risco B" ou risco moderado, o licenciamento dar-se-á após o início de funcionamento da empresa;

§ 1º - As atividades de nível de risco I - baixo risco, "baixo risco A", risco leve, irrelevante ou inexistente, nos termos do art. 2º, inciso I, deste Decreto **não comportam vistoria** para o exercício contínuo e regular da atividade, estando tão somente sujeitas à fiscalização de devido enquadramento posterior nos termos do art. 3º, § 2º, da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

§ 2º - As atividades de nível de risco II - médio risco, "baixo risco B" ou risco moderado, nos termos do art. 2º, inciso II, deste Decreto **comportam vistoria posterior** para o exercício contínuo e regular da atividade.

§ 3º - As atividades de nível de risco III - alto risco, nos termos do art. 2º, inciso III, deste Decreto **exigirão vistoria prévia** para início da operação do estabelecimento.

§ 4º - Para fins de segurança sanitária e ambiental, qualificam-se como de nível de risco I - baixo risco, "baixo risco A", risco leve, irrelevante ou inexistente as atividades da "**tabela de risco**" constante na legislação vigente e cuja competência seja do município em licenciar e fiscalizar.

§ 5º - Os empreendimentos classificados como de baixo risco ficam obrigados a atender toda a legislação dos órgãos licenciadores, estando sempre sujeitos a fiscalização pelos mesmos.

## CAPÍTULO - II. DA CONSULTA DE VIABILIDADE LOCACIONAL.

**Art. 3º** - Fica instituída a Consulta de Viabilidade Locacional no Município de Roca Sales, que se regerá pelas seguintes disposições:



I - A Consulta de Viabilidade Locacional será realizada, exclusivamente, via rede mundial de computadores (internet), em sistema próprio disponibilizado pela Junta Comercial e Industrial do Rio Grande do Sul - JUCIS/RS, sistema esse denominado de "Sistema Integrar";

II - Através de um cadastro prévio gratuito, que deverá ser realizado no sitio da Junta Comercial do Rio Grande do Sul (<https://jucisrs.rs.gov.br>), o contribuinte deverá, em seu formulário eletrônico específico, cadastrar um pedido de Viabilidade Locacional, informando os dados da futura empresa, tais como endereço e atividades pretendidas;

III - A partir do envio do formulário via Sistema Integrar, o Município fará a análise do pedido, dando conhecimento prévio ao empreendedor, ou a seu contabilista, sobre a possibilidade, ou não, de exercício de determinada atividade econômica, no local indicado, bem como das licenças necessárias para exercer a atividade pretendida naquele endereço, se for o caso;

IV - Se a Viabilidade Locacional for deferida pela Prefeitura, o empreendedor, ou seu contabilista, poderá dar encaminhamento no registro da pessoa jurídica;

V - Caso a Prefeitura indefira a Viabilidade Locacional, a mesma deverá ser adequada, conforme orientações, e deverá ser encaminhado, novamente via Sistema Integrar, um novo pedido de Viabilidade Locacional;

### CAPÍTULO - III. DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.

**Art. 4º** - O empreendedor, ou seu contabilista, que obtiver o deferimento de sua Consulta de Viabilidade Locacional, bem como, obtiver o deferimento do "nome empresarial" pela JUCIS/RS, poderá dar início ao processo de registro de sua pessoa jurídica, desde que atendida às exigências e reunida toda a documentação solicitada na resposta da Consulta de Viabilidade, informada pelo Município de Roca Sales.

**Art. 5º** - O empreendedor, ou seu contabilista, deverá, primeiramente, encaminhar o seu registro digital da empresa junto à Junta Comercial e Industrial do Rio Grande do Sul e após o deferimento do registro pela JUCIS/RS, o mesmo deverá reunir a documentação informada na resposta da Consulta de Viabilidade e se dirigir ao endereço indicado na viabilidade.

**§ 1º** - A exigência de apresentação de documentos prevista no *caput* não se aplica para os casos das atividades consideradas de baixo risco ou "baixo risco A".

**§ 2º** - As demais solicitações de licenciamento e exigências por parte dos órgãos públicos deverão ser acompanhadas diretamente pelo solicitante no Sistema Integrar.

### CAPÍTULO - IV. DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO.

**Art. 6º** - O procedimento para a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório obedecerá ao disposto neste Decreto e, ainda, observará as



disposições da Lei nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, as Resoluções CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010, nº 52, de 11 de junho de 2019 e nº 57, de 21 de maio de 2020, bem como a Lei Complementar Estadual nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013 e alterações posteriores.

**§ 1º** - A “**tabela de risco**” constante na legislação vigente prevê, além do CNAE correspondente a cada atividade, a classificação de risco da atividade.

**§ 2º** - O Município poderá conceder Alvará de Funcionamento Provisório, logo após o ato de registro na JUCIS, sem vistoria prévia, para as atividades enquadradas como de médio risco, constantes na “**tabela de risco**”, de acordo com a legislação vigente.

**§ 3º** - O Alvará de que trata o § 2º deste artigo terá prazo de acordo com a singularidade do tipo de atividade exercida pelo contribuinte, sendo tal prazo limitado a, no máximo, um ano.

**§ 4º** - A concessão do Alvará Provisório deverá levar em consideração ainda, as hipóteses previstas na Lei Complementar Estadual nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, especialmente o que dispõe o art. 5º, § 2º.

**Art. 7º** - O Alvará de Funcionamento Provisório só será concedido mediante a assinatura, pelo responsável, do “Termo de Ciência e Responsabilidade”, conforme modelo do **Anexo I** do presente Decreto.

**CAPÍTULO - V.**  
**DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA E DO**  
**CANCELAMENTO DO ALVARÁ PROVISÓRIO.**

**Art. 8º** - A fiscalização municipal, nos aspectos de postura, uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às ME e EPP, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

**Art. 9º** - Nos moldes do artigo anterior quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita, para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço a fiscalização.

**Parágrafo único:** Considera-se reincidência para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

**Art. 10** - O Alvará de Funcionamento Provisório será revogado, se após a notificação da fiscalização orientadora, não forem cumpridas as exigências e os prazos estabelecidos pelo poder público municipal.

**Art. 11** - O descumprimento do TCAM, por meio de ação ou omissão por parte do contribuinte, ensejará, além da possibilidade da revogação do Alvará de Funcionamento Provisório, a aplicação de multas em graduação proporcional à ação ou omissão do mesmo, e se comprovado o dolo ou culpa por parte do contribuinte, ensejar ainda, a sua responsabilização civil e criminal, principalmente naquelas tocantes à veracidade das informações fornecidas ao poder público municipal.



**CAPÍTULO - VI.**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

**Art. 12** - Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de licenciamento de empresas, em âmbito municipal, deverão olvidar esforços conjuntos para observar os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal nº 123/06, na Lei nº 11.598/07 e nas Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

**Art. 13** - O Anexo I e a “tabela de risco” constante na legislação vigente, fazem parte integrante do presente Decreto.

**Art. 14** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ROCA SALES  
EM 21 DE AGOSTO DE 2020.



AMILTON FONTANA  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE



GILMAR LUIZ FIN  
Agente Administrativo.



**DECRETO Nº 2628/20.**

**ANEXO - I.**

**ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO**  
**TCAM - TERMO DE COMPROMISSO.**

<b>Razão Social:</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>Bairro:</b>	
<b>CNPJ:</b>	<b>E-mail:</b>
<b>CEP:</b>	<b>Telefone:</b>
<b>Nome do Sócio Administrador/Representante Legal:</b>	
<b>Local e data:</b>	<b>Assinatura:</b>
<p>Declaro sob as penas da Lei, serem autênticos os documentos apresentados e verdadeiras as informações prestadas.</p> <p>Comprometo-me, perante o Município de Roca Sales a promover a regularização do estabelecimento acima identificado perante os órgãos competentes, e a apresentar os documentos abaixo relacionados, para obtenção do Alvará de Localização e Funcionamento:</p> <p>01 - LICENÇA AMBIENTAL; 02 - REGULARIDADE FISCAL; 03 - ALVARÁ DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA; 04 - REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL; 05 - OUTROS (ESPECIFICAR):</p>	
<b>Contabilista responsável pela escrita do contribuinte:</b>	
<b>Nome:</b>	
<b>CNPJ/CPF:</b>	
<b>Inscrição CRC:</b>	
<b>Telefone/E-mail:</b>	